

Sindicato de professores de escolas particulares de SP organiza greve

Motivo é a falta de consenso com patrões sobre restrições a recesso e bolsa de filhos

Joana Cunha

18.abr.2018 | SÃO PAULO

Professores de escolas particulares do estado de São Paulo se preparam para organizar uma greve porque não conseguiram entrar em consenso com os patrões depois da entrada em vigor da reforma trabalhista.

O desentendimento envolve diversos pontos da convenção coletiva, que ficou inconclusiva porque o Sinpro-SP (sindicato dos professores) não aceitou as propostas dos patrões e levou o caso para o TRT (Tribunal Regional do Trabalho).

Entre os principais aspectos de discórdia estão a bolsa de estudos para filhos de professores e o recesso de final de ano, que o sindicato patronal quer restringir.

"O sindicato patronal propôs 26 alterações na convenção coletiva. A bolsa de estudos é um dos pontos que chama a atenção porque nenhum professor, mesmo que trabalhe em escola AAA, tem condições financeiras de pagar a mensalidade para o seu filho na mesma escola", diz Sílvia Barbara, diretora do Sinpro-SP.

Para Barbara, permitir que os filhos dos professores estudem de graça nas escolas onde os pais lecionam não eleva os custos das instituições. "Bolsa de estudos não encarece para a escola porque você não tira um aluno pagante para colocar o filho do professor. Ele entra na mesma classe", diz ela.

Entre outras queixas, o sindicato dos professores afirma que as escolas estão pressionando pela possibilidade de reduzir salários por acordo interno na empresa.

"Me parece que está havendo um deslumbramento pela reforma trabalhista. Eles estão achando que vão poder fazer quase tudo", diz Barbara, que está em campanha para reunir esforços dos professores particulares em uma greve.

Ela reconhece a dificuldade, mas diz que está "começando a preparar" a categoria. "Nós entramos no TRT na esperança de que o sindicato patronal voltasse a negociar, mas não deu certo. Então vai a julgamento. Enquanto isso, estamos fazendo reunião com professores e tentando organizar uma assembleia em maio para deliberar se vai ter greve", diz.

Dentre as principais mudanças da reforma está a prevalência do negociado sobre o legislado em alguns pontos, como jornada de trabalho, banco de horas, intervalo de almoço e trabalho em ambientes insalubres.

Benjamin Ribeiro da Silva, presidente do Sieceesp (sindicato dos estabelecimentos de ensino do estado) nega que seu interesse seja retirar direitos.

"Esses direitos que eles estão reivindicando são da década de 70. A realidade hoje é muito diferente. Na época em que eles conseguiram esses direitos, as escolas particulares só atendiam a classe A e B. Hoje, elas atendem todos os níveis", diz Silva.

O presidente do sindicato patronal minimiza as reclamações dos professores. Segundo ele, a restrição ao recesso de fim de ano não será tão drástica. A ideia é cortar apenas dez dias, passando de 30 para 20 dias. "Eu não quero professor na escola sem ter o que fazer e não quero desvalorizar o professor", afirma.